

## ESPAÇO, SOCIEDADE E NATUREZA EM RONDÔNIA

Ricardo Gilson da Costa SILVA<sup>1</sup>

### Resumo

No decorrer do século XX a geografia de Rondônia passou por diversas transformações estruturais em sua relação homem-natureza e sociedade-espço. Baseado na tese do geógrafo Milton Santos sobre os meios geográficos *natural*, *técnico* e *técnico-científico-informacional*, o texto analisa as mudanças espaciais evidenciadas em Rondônia, indicando os elementos estruturadores do espaço regional. Assim, o meio natural manifestou a produção extrativista e a circulação ferroviário-fluvial. A colonização agrícola, a migração camponesa, a construção das estradas e a formação das cidades produziram o meio técnico. A coerência regional de Rondônia será afetada pela hidrovía Madeira-Amazonas e a produção da soja, somada a urbanização e a modernização da pecuária, ambos os processos instauradores do meio técnico-científico-informacional.

**Palavras-chaves:** Rondônia, Meios Geográficos, Produção do Espaço, Amazônia, Natureza.

144

### SPACE, SOCIETY AND NATURE IN RONDÔNIA

### Abstract

During the twentieth century, the geography of Rondônia went through several structural transformations in its human-nature and society-space relationship. Based on the thesis of the geographer Milton Santos about the geographical environments: natural, technical and technical-scientific-informational, the text analyzes the spatial changes evidenced in Rondônia, indicating the structuring elements of the regional space. Thus, the natural environment expressed the extractivist production and the railway and waterway transport. The agricultural colonization, the peasant migration, the road construction and the formation of the cities produced the technical environment. The regional coherence of Rondônia will be affected by the Madeira-Amazon waterway and soybean production, added to the urbanization and the modernization of the livestock, both processes were founders of the technical-scientific-informational environment.

**Keywords:** Rondônia, Geographical Environments, Space Production, Amazon, Nature.

### INTRODUÇÃO

Analisamos, nesse texto, algumas transformações geográficas que se sucederam no espaço rondoniense durante o século XX, dentre as quais as mudanças derivadas do extrativismo vegetal e da agropecuária, ambas indicando formas de produção e organização do espaço regional. Avaliamos esses processos a partir da teoria geográfica de Milton Santos, que prioriza o *espaço* como categoria de análise que expressa materialidade e movimento manifestos nos objetos criados pela ação da sociedade ao modificar estruturalmente o seu meio geográfico.

A sucessão de meios geográficos, proposto por Milton Santos, nos inspira a pensar todo um conjunto de metamorfoses do espaço geográfico rondoniense, dado que os significados e apropriações da natureza são mobilizados no campo social a partir das formas de trabalho que se instalam no espaço produzido. A leitura da sociedade e suas relações com o

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Coordenador do Laboratório de Gestão do Território - LAGET, Doutor em Geografia Humana (USP). e-mail: rgilson@unir.br

meio se tornam um exercício relevante quando se busca alcançar as tramas conflitivas que assume importância na produção do espaço social, sobretudo, quando a natureza é mercantilizada, ignorando processos pretéritos de organização socioespacial, como se assistiu e ainda se verifica em Rondônia.

O texto divide-se em três partes. Na primeira, buscamos refletir sobre a categoria espaço como eixo teórico para a leitura da sociedade, trabalhando com a sucessão de meio geográfico derivado do trabalho social. No *meio natural*, discutimos algumas transformações na Amazônia e em Rondônia, identificando os elementos da sociabilidade homem-natureza e sociedade-espaço que permeia a região. Posteriormente, abordamos as transformações geográficas características dos meios *técnico* e *técnico-científico-informacional* em Rondônia, iniciados a partir de 1970, com o processo de colonização agrícola.

## 1 – O ESPAÇO COMO PROCESSO SOCIAL: APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DE RONDÔNIA

O espaço geográfico manifesta a dimensão *espaço-temporal* da sociedade. Os objetos geográficos exprimem o tempo histórico que os deu existência e que os produziu como configuração territorial<sup>2</sup> no meio social. Assim, o espaço não promulga uma materialidade destituída da história, visto essa ainda assentada em vários campos científicos, apesar de toda “onda geográfica” que invadiu as demais ciências sociais. Ao contrário, manifesta em seus objetos as ações operadas pelos grupos sociais, pelas classes sociais, pelas forças do capital e, sobretudo, através da ação do Estado, que no movimento contraditório de suas políticas públicas, conforma o espaço social.

Contemporaneamente, a presença de objetos técnicos na composição do espaço, formado pela imbricação da ciência, da tecnologia e da informação que modifica seu conteúdo social, um arranjo cada vez mais instrumentalizado e artificializado, condiciona-o a uma manifestação híbrida, combinando homem e natureza, objetos e ações, materialidade e movimento. Essa condição histórica levou Santos a formular o conceito de *espaço* como:

Um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos

<sup>2</sup> Configuração territorial, espacial ou geográfica refere-se ao “conjunto formado pelos sistemas naturais existente em um dado país ou em uma dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 1996, p. 51; SANTOS, 1991).

fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 1996, p. 51).

A evolução do espaço acompanha o movimento da totalidade social que assume formas diversas e diferenciadas nos lugares, regiões e territórios, onde se cristalizam esses processos. Por sua vez, as mudanças podem ser apreendidas e tornadas inteligíveis na análise de sua dimensão espacial a partir do uso das categorias *sistemas de objetos* (objetos técnicos e naturais) e *sistemas de ações* (ações e projetos políticos), que permitem a manifestação e a recomposição do conteúdo do espaço, um conteúdo político, técnico e histórico, revelador do movimento geral da sociedade e do mundo que se expressa diferenciadamente nos lugares. Nessa concepção, *natureza, trabalho, técnica, sociedade e tempo* aparecem como conceitos imbricados que auxiliam na produção e organização do espaço, moldando-se nas diversas feições dos lugares.

Para Ruy Moreira (2007, p. 41) “cada tempo se distingue de outro pela forma do seu espaço. (...) cada tempo é a sua forma de espaço”. Os movimentos da sociedade que modificam as formas geográficas são conhecidos como tensões genético-estruturais que conduzem a certo tipo de espaço produzido, usado diferenciadamente pelos grupos sociais no bojo dos conflitos que se consolidam quando esses processos encontram suas contradições cristalizadas.

As dinâmicas ocorrem quando a *primeira natureza* – a natureza ainda intocada ou sem grandes apropriações humanas – é transformada em *segunda natureza*, onde a apropriação e domínio humano se realizam, sobretudo, como trabalho materializado, metamorfoseando o espaço em produto social. Ainda, segundo o autor (*Ibid.*, p. 65), essas transformações derivam de dois processos simultâneos, articulados e complementares, que se realizam no *i*) conjunto das interações homem-meio e no *ii*) conjunto das interações homem-homem, qualificando e concretizando o espaço como produto social, pois, “produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida” (SANTOS, 1990, p. 161).

Nesse processo de construção, alteração e reprodução do espaço social, do espaço humano, a natureza é transformada e apropriada pelo trabalho e apresenta sempre uma geografia diferenciada, emergente das novidades estruturais da economia e da sociedade. As transformações geográficas indicam sempre uma nova experiência de tempo-espaço,

consubstanciada pelo trabalho humano e potencializada pelas técnicas, que resulta no uso disciplinado desse tempo e espaço pela sociedade (SANTOS, 1990).

Na história humana as mutações da natureza pelo trabalho social são mediadas pelas técnicas<sup>3</sup>, tornando-se um processo permanente de descobertas e de inovações dos sentidos e utilidades do espaço social. A cada *sistema técnico*<sup>4</sup> socialmente incorporado ao cotidiano produzem-se novas formas de espaço, ou seja, novos objetos geográficos, novas materialidades que tanto guarda o tempo presente quanto o tempo pretérito. Através do espaço se pode abstrair o tempo empírico, contido nos objetos técnicos, culturais e naturais que mudam de valor, este sempre relativo, pois passa a ser objeto da experiência no conjunto social. O espaço não é um produto terminado e sempre está em transformação, em apropriação e resignificação social. A cada *período espacial* a sociedade expressa um *sistema espacial* que organiza a base geográfica da produção, da economia e das dinâmicas sociais que substantivam o devir social<sup>5</sup>.

Na formação territorial de Rondônia essas metamorfoses estão presentes, conduzindo a uma nova geografia regional, sobretudo, com a política pública de colonização agrícola, a partir de 1970, quando a configuração geográfica e o espaço rondoniense sofrem modificações estruturais<sup>6</sup>. A colonização inaugura outro uso do espaço, estabelece uma nova sociedade, transforma a relação sociedade-natureza e instaura uma nova geografia social, constituindo-se em um processo estrutural na mudança espaço-temporal. Compõe-se de

<sup>3</sup> Em Santos (1996, p. 25), “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Por meio das técnicas embutidas nos objetos geográficos pode-se empiricizar o tempo, pois, a cada transformação do espaço, ancorado no trabalho e no emprego das técnicas, os objetos aprisionam o tempo social que os produziu. Dessa forma, temos no espaço objetos temporalmente diferentes que revelam processos de modernizações pretéritas.

<sup>4</sup> Os *sistemas técnicos* correspondem ao processo de modificação do espaço potencializado pelo trabalho, no qual determinadas técnicas assumem proeminência no corpo social de determinadas regiões, estabelecendo distinções da época anterior. Em geografia, os sistemas técnicos são testemunhos da materialidade e temporalidade do espaço, indicando as “formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo o espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 1996, p. 137). O espaço transformado pelo trabalho social apropria-se cada vez mais da natureza, transformando-a em recurso social que pode ser utilizado conforme aumentam as necessidades dos grupos sociais.

<sup>5</sup> Segundo Santos (1990, 210-211), referindo-se a noção de *tempo espacial*, “o espaço se caracteriza, entre outras coisas, pela diferença de idade entre os elementos que o formam. Isso é válido para todos os tipos de subespaço [região, território, lugar], não importando a escala. (...). Cada variável hoje presente na caracterização de um espaço aparece com data de instalação diferente, pelo simples fato de que não foi difundida ao mesmo tempo; por isso cada lugar se distingue por uma datação diferente de suas variáveis constitutiva”.

<sup>6</sup> Dentre as transformações, registra-se a mudança do estatuto jurídico de *Território Federal* para *Estado* da Federação, através da Lei complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Esse fato é mais um episódio da trama sociopolítica que se passou em Rondônia no final da década de 1970, onde os grupos políticos viam na instituição jurídica o novo espaço institucional de disputa da hegemonia. Registre-se que a colonização agrícola, ao tempo que fortalecia o INCRA, estimulava a criação de novos municípios e novos atores políticos, o que demandavam novas estruturas públicas de ação política.

dinâmicas geográficas que produzem formas emergentes de uso do território, mas que ao mesmo tempo conserva as formas antigas, o tempo pretérito desse espaço, que expressa uma *acumulação desigual de tempos* (SANTOS, 1990).

Das novas formas de apropriação, dominação e produção do espaço, a resignificação da natureza como mercadoria, como processo inerente à acumulação do capital, mas igualmente como representação social, comparece como a mais significativa metamorfose geográfica registrada em Rondônia. As principais políticas macro-espaciais realizadas na região sempre estiveram no eixo entre espaço e natureza, registrando momentos de avanços e de recuos. Contudo, a colonização agrícola, pela escala geográfica que assumiu na dinâmica social, modificou radicalmente a natureza, transformando-a gradualmente em recurso do capital, em mercadoria e em elemento fundante da sociabilidade do capital.

Podemos periodizar a história da sociedade transformando a natureza em três fases que lhes resultam em meios geográficos diferenciados: o *meio natural*, o *meio técnico* e o *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996 e 2008). Sabemos que toda periodização é uma tentativa de estruturar a história humana em sínteses espaços-temporais sucessivas. Sua importância deve-se a um recurso de método que nos permite compreender as consecutivas transformações do espaço humano através das variáveis que se concretizam nas feições geográficas diversas, revelando os objetos geográficos instrumentalizados, ou seja, a transformação dos objetos naturais em instrumentos do devir social, manifestando-se como espaço artificializado. As cidades e as metrópoles são os exemplos mais artificiais do espaço geográfico, onde o recuo da natureza é concomitante a sua substituição e artificialização. Na agricultura científica globalizada esses mesmos mecanismos encontram-se em mutações, dado o peso da tecnologia e da engenharia genética no processo produtivo, que em função dos progressos científicos tende a reduzir a influência biológica, a influência da natureza, no desenvolvimento da planta, passando certos metabolismos ao controle científico das forças do capital. A paisagem do agronegócio é cada vez mais científicizada e artificializada pelas técnicas imersas na produção.

## **2 - O MEIO NATURAL: CIDADES E POVOADOS, FLORESTAS E EXTRATIVISMOS**

Quando a sociedade transformava a natureza em recursos necessários a sua reprodução sem impor-lhes grandes mudanças, havia um convívio com o entorno natural, na medida em que o homem não impunha à natureza feições técnicas do trabalho, pois, estas não lhes eram

materializadas como potentes instrumentos. O *meio natural* (SANTOS, 1996, p. 187-188) é assim caracterizado como um sistema técnico<sup>7</sup> em que “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação”, e mesmo havendo técnicas de trabalho, como se registrou na primeira revolução agrícola, “os sistemas técnicos não tinham existência autônoma”, pois, “a harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada no processo de criação de uma nova natureza”. Assim, mesmo havendo técnicas de trabalho no *meio natural* “esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstruir”.

O espaço socialmente produzido assinalava a comunhão com a natureza, expressando um mosaico em que o trabalho inscrito no meio geográfico compunha-se cordialmente como *meio natural*. A morfologia espacial do trabalho das populações que historicamente povoaram a grande região amazônica moldava-se no manejo e nas técnicas da pesca, da coleta de frutos em ciclos naturais distintos, da extração da borracha, da caça, das formas agrícolas em várzeas e em terra firme; enfim, são processos de trabalho em que a natureza não era vilipendiada em seus mecanismos geocológicos. A ação humana exercitava o conhecimento da natureza a partir das experiências geracionais que lhes permitiam sistematizar e se apropriar dos mecanismos biológicos e ecológicos que moviam o meio natural. Havia, pois, contraditoriamente um tempo social de certa forma modelado pelas dinâmicas naturais, condicionando a ocupação e transformação do espaço regional no conjunto produtivo e social.

O arranjo espacial que formavam a Amazônia dos rios, um tempo-espaço em que a modernidade não havia atingido sua expressão mais voraz na forma espacial do capital, conserva a imensidão da natureza no espaço social. Todavia, as relações sociais de produção presentes na Amazônia desde a ocupação portuguesa se basearam na exploração do trabalho. Os grupos indígenas ao serem escravizados e espoliados pelo o Estado, pela Igreja e pelos grupos econômicos regionais, todos estes se serviram do conhecimento sobre a natureza elaborado secularmente por esses grupos étnicos, populações tradicionais e/ou povos da floresta, e os transformaram em mecanismo da reprodução social das elites regionais, aglutinada sob o manto do capital comercial; ou dos escravos, que desterritorializados de sua

---

<sup>7</sup> Todo trabalho humano é técnico, pois, o pensamento sistematizado e as ferramentas de trabalho potencializam ao ser humano saber explorar e recolher da natureza os elementos necessários à sua sobrevivência e à sua reprodução social. Contudo, a criação de instrumentos de trabalho que permitirá o homem explorar e impor o seu domínio sobre a natureza será potencializado com o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sistema social o domínio da natureza se torna um dever social que separa o homem de seu meio natural, concomitante, a produção de outro meio geográfico, daí que o capital inaugura o espaço mecanizado.

*terra mãe* - a África - foram destituídos de suas referências culturais e territoriais para serem escravizados no Brasil, adentrando a Amazônia, tornando-se totalmente vulneráveis aos mecanismos diversos de exploração do trabalho; e às populações ribeirinhas, que tiveram o produto de seu trabalho apropriado e mercantilizado pelas elites regionais (drogas do sertão e a borracha, por exemplo), potencializando a acumulação do capital no qual o aviamento ficou conhecido como um tipo de escravidão endógena amazônica (OLIVEIRA, 1983). Todos esses mecanismos de funcionamento das relações sociais de produção e de reprodução do capital foram feitos sob a égide da apropriação do conhecimento tradicional fruto da relação homem-natureza e da transformação desta natureza em recursos da acumulação do capital. Nas palavras de Loureiro (2009, p. 24), essa é a *trajetória de perdas e danos* que marca a história da Amazônia, em que sua população tradicional, os povos da floresta, “paradoxalmente, tem sido vítimas daquilo que a região possui de especial – a sua magia, a exuberância e a riqueza”.

A ocupação do espaço regional amazônico concentrou-se ao longo dos rios, às margens dos quais se formaram as grandes cidades amazônicas e para as quais os fluxos comerciais se dirigiam. A geografia das cidades amazônicas configura-se no que Porto-Gonçalves (2001) qualificou como organização espacial *rio-várzea-floresta*, centrada no extrativismo vegetal e na coleta de frutos, na pesca e noutras formas de extração dos recursos da natureza que alimentava a vida social e a economia regional. As populações estavam voltadas para os rios, que constituíam a base geográfica da circulação regional, dos fluxos populacionais e das trocas mercantis.

A geografia social da Amazônia e seus movimentos são descritos por Porto-Gonçalves (2001, p. 82):

Em face das grandes distâncias a serem percorridas e dos volumes relativamente pequenos que eram comercializados, uma figura se fará presença marcante na vida regional amazônica: o *regatão*. É ele que estabelece a ligação entre as populações dispersas ao longo das calhas dos rios e as pequenas vilas e povoados através do escambo ou de um sistema *sui generis* de crédito que é o aviamento. A ele se deve também a expansão do domínio territorial português aos mais longínquos rincões da Amazônia. Ao longo das várzeas emerge um sistema, que combina o extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado, por meio dos regatões, com as vilas e cidades. (Grifo nosso)

Era um tempo espacial que convivia com o tempo da natureza, no âmbito de suas dinâmicas sociais contraditórias. Um espaço-tempo organizado na geografia da natureza, que através dos rios anunciavam-se os fluxos regionais. Substantivamos, pois, *geografia da natureza* para expressar a indissociabilidade homem-natureza, um tempo-espacial ainda não dominado pelo

capital em todas as suas geografias, donde a divisão territorial do trabalho não havia se especializado e mesmo adentrado à floresta. O destaque ao *regatão* designa bem os movimentos na vida social que animavam o espaço regional, onde os fluxos materiais e imateriais eram presos e depositários dos ritmos da natureza e das dinâmicas dos rios, pois, ainda que a sociedade tivesse uma relação mercantil com os recursos da natureza, estes ainda eram mercadorias naturais, sem as marcas da técnica como condição de sua realização material. É neste sentido que podemos qualificar o *meio natural* como uma harmonia socioespacial respeitosa da natureza, pois, o trabalho social e a organização do espaço acompanhavam as grafias dos rios e das florestas, não sendo acrescentados ao meio ambiente objetos técnicos como próteses ao território, como tecnificação da paisagem.

A geografia de Rondônia é depositária dessa espacialidade maior da Amazônia, na qual a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré desencadeou uma ocupação regional mais efetiva. A partir da construção da ferrovia, no início do século XX, a organização espacial de Rondônia afirmou-se às margens dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, reproduzindo o *padrão rio-várzea-floresta* da organização territorial que se forma na região, centrada no extrativismo vegetal, na circulação fluvial, na ocupação ribeirinha e na fundação das principais cidades amazônicas às margens dos grandes rios.

Para Thery (2012, p. 50):

Tendo se tornado o principal eixo de povoamento ligando as regiões do Guaporé e do Madeira que, doravante, se reforçavam mutuamente (já que a navegação era possível na jusante e na montante, complementada pelos trens) e também origem e apoio de duas cidades importantes, a ferrovia criou, de fato, a região que se tornará o Território de Rondônia. Mas se o eixo que ele reforça é um eixo de povoamento, não é somente graças à única ferrovia que a região se constitui: após a construção, uma região existia, região esta que começou então sua vida própria, mesmo que não muito ativa após a queda das cotações da borracha natural.

A ferrovia foi o primeiro *sistema de engenharia* produzido no espaço regional que efetivamente conduziu a dois processos geográficos estruturantes em Rondônia. Primeiro, a ferrovia espacializa a totalidade e a modernidade do mundo na periferia brasileira; segundo, introduz uma efetiva ocupação regional que será reproduzida em vilas, povoados e cidades, adentrando o território, sendo a gênese da ocupação regional. Ao menos desde o século XVII se registra tentativas de ocupação pelos portugueses e pelo governo federal da área que conhecemos como Rondônia (SILVA, 1984; THERY, 2012). Contudo, a efetiva presença do Estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço regional emerge com a ferrovia *Madeira-Mamoré*. Esse sistema de engenharia instalado na selva representa a

materialização das variáveis que moldavam o mundo no final do XIX e início do século XX, reposicionando a região na escala nacional e internacional dado que o comércio mundial da borracha vai produzir o que Marx Sorre denominou de *paisagem derivada*, e que Milton Santos qualificou de *espaço derivado* (SANTOS, 1996b, p. 9).

A fase da internacionalização da economia atingiu de forma desigual todos os cantos do planeta, mobilizou os fatores da produção e conformou os lugares e regiões a produzirem o que poderia ser objeto de comercialização no mundo. No Brasil, a borracha e o café eram os produtos mais relevantes na balança comercial nesse período, e a Amazônia participa do circuito espacial da produção através da borracha que, por sua vez, territorializa-se na região de Porto Velho, penetrando nos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé.

A ferrovia foi o fator técnico que permitiu circular a borracha extraída desses vales e da Bolívia. Traduz a modernidade na selva, na qual foi preciso criar no espaço regional esse sistema de engenharia moderno para dar vitalidade à ocupação territorial com a produção de uma mercadoria com determinação multiescalar, com dinâmicas internas gestadas no exterior, uma multidimensionalidade do espaço-tempo. Ela compõe a modernidade fragmentadora do espaço, cuja simultaneidade espaço-tempo articula lógicas distintas e diferenciadas na organização do espaço regional. O capital comercial controlava o fluxo da produção e o *locus* da comercialização nas cidades regionais (Manaus e Belém). Essas drenavam toda a produção e renda das mais distantes áreas da Amazônia, no qual as cidades Porto Velho e Guajará-Mirim encontravam-se na posição inferior da hierarquia urbana e comercial da região.

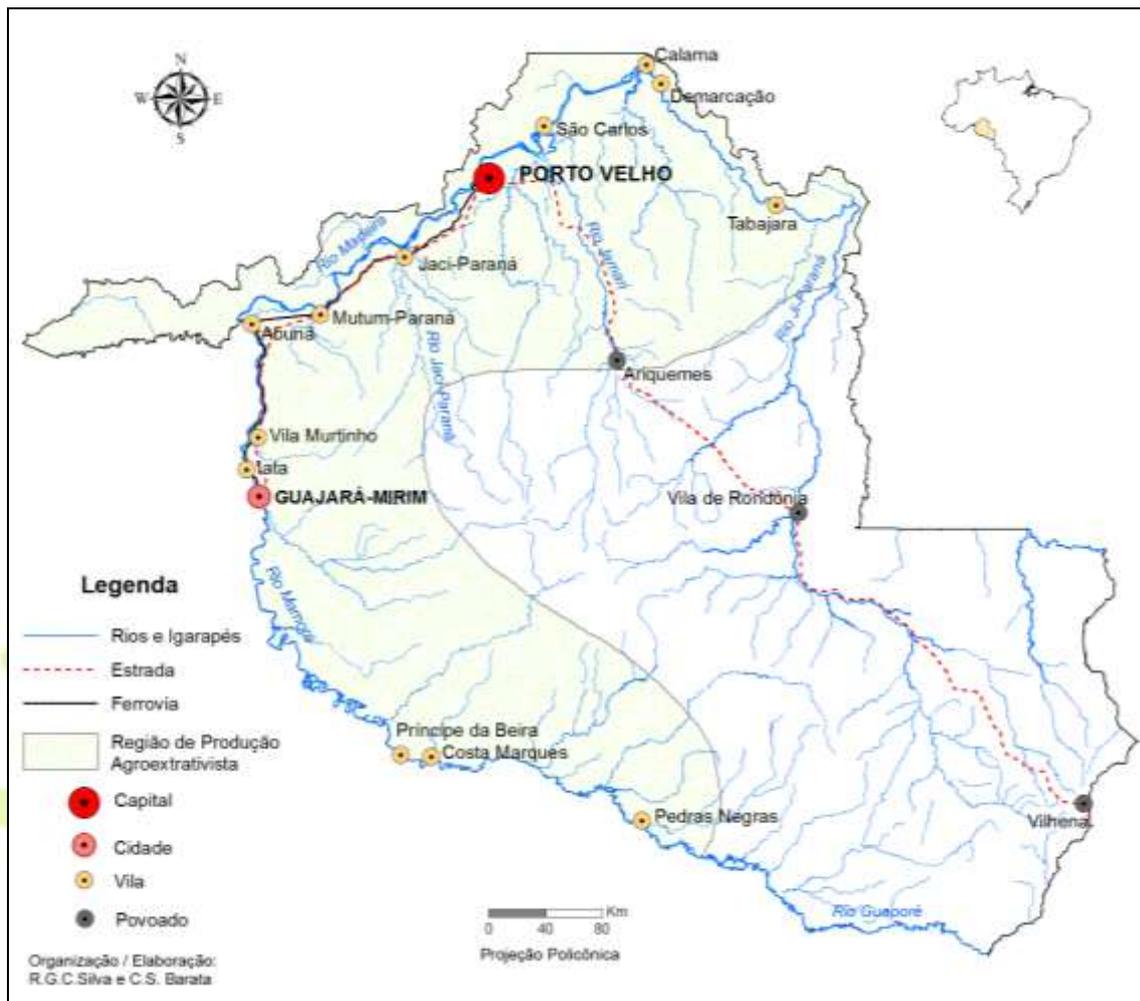
Mas o capital comercial não transforma a natureza e não impõe mudanças estruturais no espaço, por isso, tem-se na Amazônia um mosaico geográfico das formas de trabalhos, que mesmo conflituosas, convivem no espaço regional, na medida em que uma necessariamente não anula a outra. Assim, além do capital comercial centralizado nas cidades, os ribeirinhos, os seringueiros, os indígenas, os pescadores, os quilombolas, todo esse conjunto social se desenvolve na Amazônia e em Rondônia, conflituosamente, mas conserva em comum a sociabilidade homem-floresta, uma sociabilidade estruturante do *meio geográfico natural*, caracterizado pelo trabalho extrativo, dado que a sociedade local foi estruturada a partir da produção extrativista.

Após a Segunda Guerra, em 1952, a extração mineral tomou um surto em Rondônia, ocupando as áreas de Porto Velho e áreas dos atuais municípios de Ariquemes, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamary. A população da capital cresceu com a atividade produtiva, mobilizando a força de trabalho e estimulando a migração local, do campo e da cidade para as

áreas mineradoras, principalmente as jazidas de Massangana, Alto Candeias e Igarapé Preto (VALVERDE *et. all.*, 1979; RABELLO, 1998; THERY, 2012). A descoberta dos recursos da natureza como objeto de mercantilização mineral constituiu a segunda metamorfose da *natureza natural* em *natureza apropriada*, transmutando-se na forma capital mercadoria, que poderia levar a uma expansão econômica e regional, estimulando os fluxos migratórios, o crescimento populacional e o desenvolvimento as cidades e vilas. Contudo, como já é clássico da econômica garimpeira, a dinâmica sócio-espacial obteve efeito limitado no tempo e no espaço, quando as atividades econômicas não estimularam a formação de capital regional, este sendo obliterado tanto pelo governo federal, quanto pelos grandes grupos econômicos<sup>8</sup>, beneficiando o capital comercial na escala local (comércios, hotéis, restaurantes, supermercados e outros).

O ciclo do extrativismo mineral, da extração da cassiterita, não se sustentou por muito tempo, limitando-se a década de 1970. A economia mineral registrava ganhos em impostos ao governo, acrescentando divisas ao Brasil, sendo, pois, uma mercadoria relevante no comércio nacional e internacional. Mas sua natureza de enclave não proporcionou a espacialização da ocupação regional, restringindo-se às áreas de extração sob a influência de Porto Velho. Ela não alterou a geografia regional no sentido de produzir uma nova ocupação e produção do espaço. Possibilitou certa dinâmica econômica local, mas esta não se sustentou, sobretudo porque o controle do capital nacional e internacional não dependia das decisões e demandas das escalas local e regional. E não havia grupos sociais suficientemente organizados que pudessem exigir outras formas de investimentos sociais e em infraestrutura no espaço regional, ou seja, nas cidades, vilas e povoados.

<sup>8</sup> As empresas mineradoras que controlavam a produção da cassiterita em Rondônia eram: Oriente Novo, Mibrasa, Paranapanema, Jacundá, Taboca, Araçazeiro, Minérios de Rondônia e Douradinho (THERY, 2012).



**Figura 1:** Rondônia: *meio natural* e povoamentos (1900-1960)

Assim, durante quase todo o século XX, a geografia de Rondônia (Figura 1) gravitará no eixo Porto Velho/Guajará-Mirim, sendo dois municípios com seus povoados, vilas e colocações dos seringueiros, em conflitos com os grupos indígenas, que deram vida ao território. Em todo esse período as atividades humanas povoaram o espaço natural, extraindo os recursos naturais necessários à reprodução social dos grupos diversos. E mesmo com os processos de modelação do espaço a partir da estrada de ferro e da economia da borracha, e mesmo os outros produtos do extrativismo vegetal e mineral, o espaço regional expressava um meio natural, com pouca alteração na paisagem rural e urbana.

A linha de união da sociedade-natureza se romperá no pós-guerra, sobretudo a partir de 1970, quando a colonização agrícola, o eixo rodoviário e a migração populacional, ambas

as ações forjadas como *políticas territoriais*<sup>9</sup> (COSTA, 1991), organizadas e estimuladas pelo o governo federal, instituíram a terceira metamorfose da *natureza* no espaço regional: a agricultura colocou o homem contra a natureza, povoando os lugares com objetos geográficos técnicos que cristalizam o trabalho humano e a modernidade capitalista em espaços periféricos. A natureza natural recuou para a agricultura camponesa e capitalista, o desmatamento e a mercantilização da terra colocará em contradição a natureza como dádiva, como espaço de uso comum. A agropecuária sintetizou essas contradições nas formas de uso do território, e nesse aspecto, o espaço rondoniense foi composto por mosaicos espaciais diversos, contudo, a espacialidade capitalista assumiu a hegemonia regional. Assim, produz-se a geografia da agropecuária, ao tempo que esta reduz o que se conhece como espacialidades das populações tradicionais, a sociedade tradicional amazônica cede lugar à sociedade da colonização sulista e a paisagem modifica-se quando a floresta recua frente ao avanço do desmatamento (pecuária e agricultura).

### 3 - O MEIO TÉCNICO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NO ESPAÇO RONDONIENSE: AGROPECUÁRIA, RODOVIAS, REDE URBANA E COMMODITIES

O *meio técnico* institui-se como espaço mecanizado, como instrumentos do trabalho humano e da sociedade incorporados aos lugares, donde são notáveis o aumento da produtividade do trabalho e o domínio do homem sobre a natureza. O sistema capitalista criou esses objetos de trabalho e de produção, que agregados à terra modificam, sobremaneira, a composição orgânica dos lugares, das regiões e dos territórios. A revolução industrial fornecerá esses novos objetos, transmutando-se em sistemas de transportes, de produção e de organização social, espacializando-se no mundo e transformando estruturalmente, com diferentes intensidades, a geografia social dos lugares.

O espaço mecanizado, o *meio técnico*, nasce na Europa da revolução industrial e, ao poucos, invade outras regiões do globo, deslocando a relação homem-natureza para a relação sociedade-espaço (espaço produzido). A lógica sócio-espacial se transforma com a formação do *meio técnico*:

Os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos,

<sup>9</sup> Segundo Costa (1991, p. 13), entende-se por políticas territoriais “toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, ‘uma dada concepção do espaço nacional’, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas”.

mistos ou híbridos conflitivos. Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações 'superiores', graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. (...) Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. (...) A razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação. (SANTOS, 1996, p. 189)

Composto pelas imagens e objetos técnicos inseridos na paisagem cultural e na natureza, o meio técnico é cada vez mais espaço da produção. A aceleração do tempo social, os fluxos e as densidades técnicas no âmbito das relações sociais cotidianas aumentam as conexões externas, rompendo os isolamentos das regiões mais periféricas do sistema econômico nacional e internacional.

Nesse sentido, a colonização agrícola implementada em Rondônia, a partir da década de 1970, inaugura o *meio técnico*, sendo, pois, uma das mais relevantes políticas públicas que resultou no que Lefebvre (2008), Santos (1990) e Harvey (2006), a seus modos, qualificam como *produção do espaço*, e o que Costa (1991) conceituou como *políticas territoriais*. A produção do espaço significa a inserção espacial do capital como condição de sua reprodução ampliada, que tanto assume feições ideológicas do capital, sobretudo em análise do fenômeno urbano em suas múltiplas determinações sociais, quanto à conformação das regiões do centro e da periferia do sistema capitalista em áreas de produção articulada ao comércio nacional e internacional, redesenhando a divisão territorial do trabalho.

A colonização provocou toda essa mutabilidade no espaço regional rondoniense (Figura 2), transformando o *meio natural* em *meio técnico*, ou seja, instaurou um novo espaço-tempo da sociedade, uma nova espacialidade expressa na destruição da natureza, em que a agropecuária assume relevo na emergente sociabilidade do capital e a mercantilização da terra é tomada como objeto de expansão do capital na floresta amazônica (HENRIQUES, 1984).

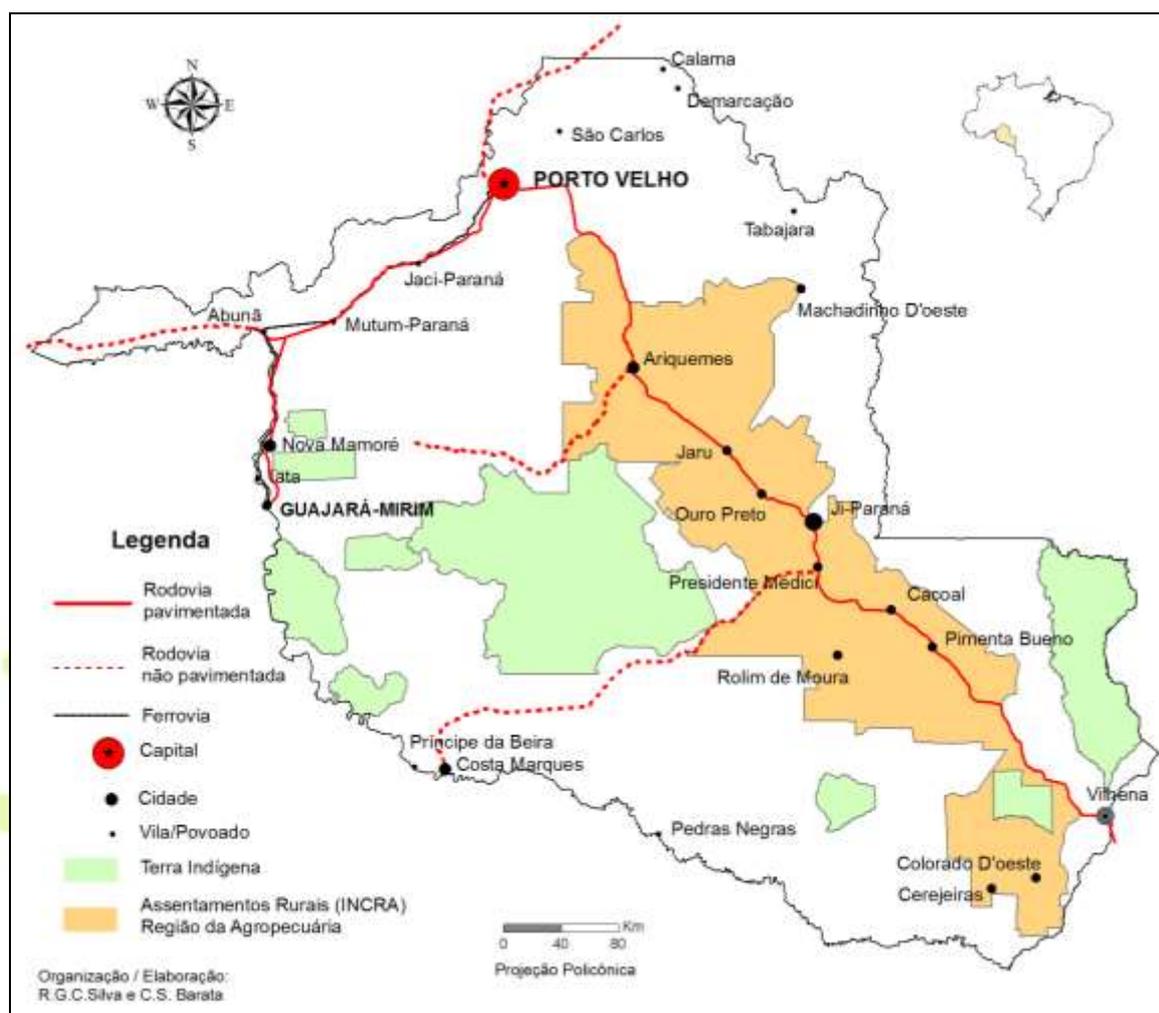


Figura 2: Rondônia: *meio técnico* e assentamentos rurais (1970-1997)

Alguns processos sociais foram marcantes em toda a metamorfose do espaço rondoniense. No *meio natural*, o extrativismo vegetal e mineral assumiam a vanguarda na ocupação do espaço, mas, como anteriormente expressamos, o trabalho social não destruiu ou modificava a natureza, conservando sua geografia. Contudo, a agropecuária irá subverter a espacialidade, povoando o ambiente natural com objetos técnicos, onde o trabalho centrado na incorporação dos recursos da natureza ao processo produtivo direto delineará o dever social (SILVA, 2010).

A natureza metamorfoseou-se em *terra de negócio* (MARTINS, 1980) e sua mercantilização promoveu a sociabilidade capitalista no interior da floresta, resultando em vários conflitos sociais. O estranhamento se fez presente, sobretudo, quando as populações que já ocupavam o território, como os seringueiros e os ribeirinhos, sofreram - e ainda sofrem - a pressão sócioterritorial do campesinato e dos fazendeiros sulistas, das empresas de

colonização e do governo federal, através das agências de gestão do território, a exemplo do INCRA. Amaral (2004) analisou os conflitos pela terra em Rondônia e percebeu que se materializaram no uso e destino que os migrantes sobrepuseram ao espaço da colonização. Os seringueiros estranharam os desmatamentos produzidos pelos os colonos, indagando o *sentido da terra*, que para estes comparece como *dádiva de Deus*, lugar onde se supri suas necessidades, ao passo que para a população migrante (camponeses, fazendeiros, empresários agrícolas), a terra é também espaço do trabalho familiar, mas que se realiza na substituição da natureza pela agropecuária e na sua mutabilidade em valor de troca, ou seja, assume o significado social de mercadoria. Se para os camponeses significa sua reprodução social, para o capital representa a forma rentista de acumulação.

Tais estranhamentos resultaram em representações sociais diversas, encontrando existência nos conceitos de *progresso e desenvolvimento*, processos cristalizados na forma agropecuária, portanto, na destruição do meio natural. Esses conflitos ainda se expressam na oposição das formas de trabalho: agrícola/agropecuário versus trabalho extrativo/tradicional, o primeiro, significando o progresso/desenvolvimento, o segundo, representando o atraso social. No cotidiano, o conceito de *pioneiro*<sup>10</sup> ainda permeia as propagandas públicas, os textos jornalísticos e as festas municipais, cuja tradução é a do sujeito social que produziu as vilas e cidades, que abriu os caminhos na floresta e que enfrentou a natureza com o trabalho; enfim, o sujeito que construiu o espaço social.

No *meio técnico* vê-se a quase substituição total da *sociedade tradicional* ou *amazônica*, formada sob a lógica espacial da ferrovia e do extrativismo, pela sociedade que se erige do processo de colonização, sob a lógica do capital agrário. A *sociedade rondoniense amazônica* espacializada nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, e nas diversas vilas e povoados (dentre elas, Costa Marques, Vila Murtinho, Iata, Abunã, Mutum-Paraná, Jacy-Paraná, São Carlos, Nazaré, Calama, Demarcação), que se formaram ao longo dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Machado, será deslocada do emergente eixo de desenvolvimento social e territorial em Rondônia, conduzido pela voracidade do processo de colonização.

---

<sup>10</sup> Ao término desse texto, a Assembléia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) divulgava nos meios de comunicações locais propaganda institucional destacando as potencialidades econômicas e qualidades sociais de Rondônia, na qual realçava a condição de *pioneiros* os desbravadores do estado. Em muitos municípios ainda se realizam a festa dos pioneiros, para comemorar e revitalizar a memória dos homens que “abriram” a floresta com o machado, transformaram vilas em cidades, configurando a geografia atual de Rondônia.

O padrão espacial *rio-várzea-floresta* é substituído pelo padrão *estrada-terra firme-subsolo* (PORTO-GONÇALVES, 2001), em que, na estrutura espacial, a rodovia assume relevo em relação à circulação fluvial, a agricultura substitui o extrativismo e a *sociedade amazônica*, centrada no capital comercial, é substituída pela sociedade da colonização, que elege o capital agropecuário e agroindustrial como *leitmotiv* do devir social. Configura-se no espaço rondoniense novos usos do território, um novo sistema de circulação centralizado por São Paulo, uma nova relação sociedade-espaço e um novo espaço-tempo, cujo alicerce converge à emergência da sociabilidade capitalista, i.e, a reprodução do capital adentrando a floresta amazônica, no qual a “porta de entrada” se realizou com a política de colonização.

Formado por duas cidades e dezenas de povoados e vilas, o espaço rondoniense estruturalmente se transformou com expansão da rede urbana que acompanha o emergente fluxo migratório e o sistema rodoviário (BRASIL, s/d). De dois municípios, em 1970, a rede urbana passa a ser composta por cinquenta e duas cidades, onde as principais localizam-se ao longo dos eixos rodoviários BR-364, BR-421 e BR-429. A rodovia serviu como artéria que facilitou os fluxos interestaduais, sobretudo com a metrópole paulista, retirando de Manaus a primazia da gestão e centralização da colonização de mercadorias. Representou, portanto, uma ruptura na organização do espaço regional, adicionando às novas áreas abertas imagens, mensagens, fluxos materiais e imateriais que veiculavam a modernidade capitalista para o interior da floresta (RIBEIRO; ALMEIDA, 1989).

A urbanização, a agropecuária e a circulação rodoviária constituíram processos geográficos estruturantes que, em três décadas (1970-2000), adensaram a racionalidade capitalista em Rondônia. De *cidades ribeirinhas/extrativistas* a rede urbana passa a ser formada pelas *cidades do campo* derivadas da colonização, em que, inicialmente a extração madeireira, e, posteriormente, a agricultura e a pecuária mobilizariam a economia regional, produzindo o *meio técnico*. Os fluxos campo-cidade serão gestados nas cidades locais, na qual Ji-Paraná assume papel preponderante como *cidade pioneira*, formando sua região em função dos projetos de colonização (COY, 1988; THERY, 2012). Esses novos eixos rodoviários (BR-364, BR-421 e BR-429) se tornam as novas frentes de penetração na floresta, ampliando o espaço produzido e organizado para o Vale do Guaporé, na fronteira com a Bolívia (SILVA, 2010).

As consequências desse processo se traduzem no aumento das taxas de desmatamento, fenômeno ausente até a década de 1970, na constituição do espaço do campesinato e na ampliação dos conflitos agrários, visto que o acesso à terra não foi amplo, o que causou a

ocupação de novas áreas e novas frentes de conflitos, no qual o massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995, marcou a história do campesinato em Rondônia, que por sua vez já indicava os limites da política de colonização iniciada em 1970 (MESQUITA, 1995).

Nessa leitura, o *meio técnico* se constituiu na forma trabalho assentada na agropecuária, na organização do espaço do campesinato e sua importância na paisagem agrária e na economia regional articulada às pequenas e médias cidades, das quais se destacam Porto Velho (capital), Ji-Paraná (cidade pioneira), Vilhena (cidade mais importante do sul rondoniense), Cacoal e Ariquemes, onde a agricultura camponesa e as agroindústrias se fazem muito presente.

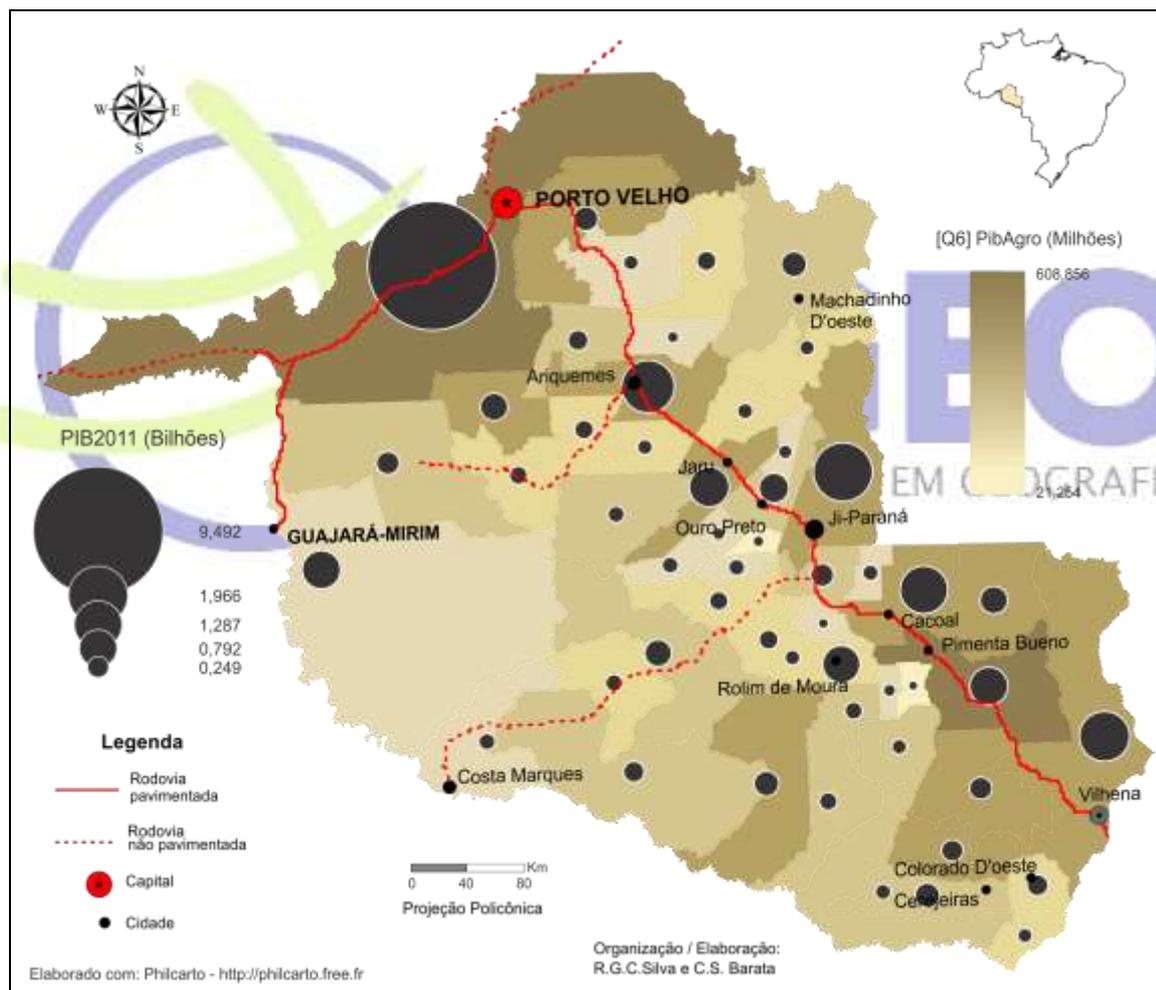
A coerência regional será abalada com a emergência de novos projetos territoriais, cujas escalas geográficas já não estão circunscritas às representações sociais no nível local e regional. Apontamos o ano de 1997 como início da fragmentação do espaço, quando se inicia a construção de um novo sistema de engenharia: a hidrovia Madeira-Amazonas. A hidrovia indica a formação, ainda incompleta e evidenciado em manchas, de outro meio geográfico que se manifesta pontualmente em Rondônia, o qual Santos (1996) qualificou como *meio técnico-científico-informacional*. Um meio caracterizado pelos processos e formas híbridas de organização espacial, em que a união da técnica, da ciência e da informação se dará sob a égide do mercado, aprofundando a racionalização do espaço.

Os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato. (SANTOS, 1996, p. 190)

A formação do meio técnico-científico-informacional expressa a inserção espacial do processo de globalização em Rondônia, atualizando a funcionalidade do espaço regional (SILVA, 2009). A hidrovia redireciona a circulação da mercadoria, aumentando a fluidez territorial com a multimodalidade dos transportes (rodoviário-hidroviário) vinculados ao agronegócio da soja, este produzido no sul rondoniense e noroeste mato-grossense (NUNES 2004). A produção globalizada e o fluxo internacional permearam a Amazônia Meridional, com relevância para Rondônia e Mato Grosso, sendo, pois, os novos signos da tecnosfera e psicofera do espaço agrário globalizado.

Na escala estadual, a produção de soja, milho e arroz constituem as primeiras monoculturas do espaço rondoniense, concentrando-se no sul do estado, sob o comando da cidade de Vilhena, que se tornará a *cidade do agronegócio* (ELIAS, 2007). Nessa sub-região, em função da especialização produtiva do agronegócio, a agricultura camponesa sofrerá fortes impactos negativos, dentre eles, a redução da produção agrícola familiar e o declínio drástico da população no campo, como aconteceu nos municípios de Cerejeiras, Corumbiara, Cabixi e Colorado do Oeste.

161



**Figura 3:** Formação do meio técnico-científico-informacional em Rondônia (1998-)

Por sua vez, a pecuária não ficará inerte aos ventos de modernização produtiva estimulada pelos cenários positivos de mercado nacional e global. A carne bovina e seus derivados se tornam a principal mercadoria de exportação rondoniense, cujo circuito espacial produtivo se adensará no eixo da BR-364, com centralidades nos municípios de Ariquemes, Jarú, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena (Figura 3). A pecuária de corte e leiteira verticalizará seu processo produtivo com o incremento tecnológico na produção e na agroindustrialização

desses produtos, sobretudo, a partir da instalação de várias empresas, ampliando a relação campo-cidade e a conexão comercial com outras regiões do Brasil. O fenômeno da *pecuarização* ampliará a presença dessa mercadoria em todas as sub-regiões rondoniense, com graus diversos de especialização produtiva territorial. Enquanto no eixo da BR-364 se concentrará os rebanhos com maiores aportes tecnológicos, nas fronteiras intraestadual a criação expansiva será o motor das novas frentes de ocupação na geografia estadual, na qual os conflitos sócioterritoriais se tornam mais agudos.

O crescimento das cidades no eixo da rodovia BR-364 instituirá outro fenômeno de modernização do espaço regional. A população urbana cresceu às taxas médias superiores que a população estadual, enquanto que o campo experimenta, em vários municípios, o declínio populacional. Esses processos se acentuam onde a modernização dos espaços produtivos vinculados à globalização se adensa com a presença de várias empresas, sobretudo, as do agronegócio nacional e internacional, ligando a centralidade econômica do campo à cidade. As cidades mais dinâmicas, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena, formam o eixo urbano da agropecuária, do agronegócio e da agroindústria, demonstrando a função relevante da economia agrícola na dinâmica espacial urbana.

Dessa forma, o meio técnico-científico-informacional pontualmente se expande em Rondônia, onde os espaços da globalização cristalizam suas multitemporalidades e multiescalaridade, criando novos sistemas de objetos e sistemas de ações no espaço regional.

## CONCLUSÃO

Ao longo do século XX o espaço geográfico rondoniense experimentou metamorfoses diversas na produção/organização do território. Dentre as principais transformações, sem dúvida, a relação homem-natureza e sociedade-espaço iniciada com a colonização agrícola dessas terras instauraram profundas transformações no devir do espaço regional, onde a sociabilidade capitalista invadiu definitivamente o cotidiano dos lugares.

Particularmente, pela ótica da ciência geográfica, encontramos um mosaico espaço-temporal que informa os momentos de espacialização da modernidade na selva. A substituição do extrativismo pela agropecuária inaugura outra forma de trabalho com a terra e, conseqüentemente, também expressa a negação da natureza nesse processo. Como corolário, o aumento do desmatamento e, contemporaneamente, a dificuldade em manter e controlar as frentes de expansão sócioterritoriais que se deslocam para os limites das áreas protegidas

(unidades de conservação e terras indígenas), cristalizam bem as dificuldades política e territorial do que muito se falou sobre desenvolvimento sustentável em Rondônia.

A acumulação desigual de tempos no espaço regional permite-nos averiguar um mosaico de meios geográficos, seja ele o natural, o técnico e o técnico-científico-informacional, que criam diversas formas de uso do espaço e resultam em conflitos permanentes, nos campos e nas cidades. A luta pela terra e pela defesa da natureza são manifestações constantes nesse momento de efervescência territorial, pois, são caminhos em disputas com relevantes clivagens sociais.

A geografia de Rondônia constitui um campo fértil de pesquisas temáticas. São registros em que se podem ler as formas-conteúdo no território, nos lugares, nos meandros da vida coletiva na floresta, na pequena cidade que guarda a memória dos pioneiros, nos espaço agrários modernizados pela globalização e nos diferentes mecanismos de reprodução capitalista no espaço urbano. A geografia é cada vez mais espaço-tempo e a modernização dos espaços mais distantes testemunham a universalidade empírica que os lugares estão submetidos no atual período da história humana.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Januário. **Mata virgem, terra prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 128 p.

BRASIL. Ministério do Interior. **A malha urbana do Território Federal de Rondônia**. Convênio UNB/SUDECO, s/d, s/e. 66 p.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflito de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN (org.) **Fronteiras**. Brasília/Paris: UNB/ORSTOM, 1988. p. 167-194

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. Pág. 49-66.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HENRIQUES, Maria Helena Fernandes de Trindade. A política de colonização dirigida no Brasil – um estudo de caso, Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 46 (3/4), p. 393-423, jul./dez., Rio de Janeiro, 1984.

IBGE. Censo Agropecuário – 2006: **Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Censo Demográfico 2010: **Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2010**.

LEFEVBRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009. 279 p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão agrária no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MESQUITA, Helena Angélica de. Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia/Brasil 1995. Scripta Nova, **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (41), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-41.htm>

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

NUNES, Dorisvalder Dias. **Hidrovia do Madeira: (re)configuração espacial, integração e meio ambiente**. Belém, 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. A ocupação humana. In: SALATI, Eneas *et. all.* **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1983. p. 144-327

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. **Produzindo a periferia: noroeste do Brasil (1950-1960)**. Niterói, 1998. Dissertação (Mestrado em História – UFF)

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; ALMEIDA, Roberto Schmidt. Reorganização do sistema viário na região de influência da BR-364. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 51, n. 3, jul./set., Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996a. 308 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996b. 113 p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 3 ed., São Paulo: Hucitec, [1978] 1990. 236 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e o meio técnico-científico-informacional.** 5 ed., São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

SILVA, Amizael Gomes. **No rastro dos pioneiros: uma pouco da história rondoniana.** Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010.** São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana- USP).

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Globalização e dinâmicas territoriais em Rondônia - Região Amazônica. **Geograficando - Revista de Estudos Geográficos**, v. 5, p. 41-61, 2009.

THERY, Hervé. **Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira.** 1 ed. [Curitiba]: SK Editores, [1976] 2012. 304 p.

VALVERDE, Orlando (coord.) **A Organização do Espaço na faixa da Transamazônica: introdução sudoeste amazônico e regiões vizinhas.** Rio de Janeiro: IBGE/INCRA, 1979. v.

1

Artigo Recebido em: 10 de maio de 2014.  
Artigo Aprovado em: 15 de junho de 2014.